

Questão de método: opinião, experiência e história crítica em Pierre Bayle

Question of method: opinion, experience and critical history in Pierre Bayle

Marcelo de Sant'Anna Alves Primo¹

Resumo: Bayle atenta que a observação dos fatos históricos, analogamente à observação dos fenômenos naturais, desde os seus *Pensées diverses sur la comète* até os seus últimos escritos, tem o objetivo de demonstrar que a certeza de uma tese sustentada depende de mister ir sempre ao domínio da história, que aqui é sinônimo de experiência. E esta, por sua vez, é o pilar do que o autor entende por método histórico-crítico: isto é, quando história e crítica conjugam-se, uma vez que opiniões infundadas acerca de fenômenos históricos têm necessariamente de passar sob o crivo da experiência, sendo colocados à prova sempre que não se mostrem evidentes a quem os investiga. Dessa maneira, partindo da crítica à pluralidade das vozes, Bayle faz da experiência o elemento fundador e mé-

1 Doutor em Filosofia pela Universidade Federal da Bahia. Docente de Filosofia do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Sergipe.

todo do binômio história-crítica. Da crítica ao critério da maioria dos sufrágios, Bayle vai tecer duras considerações contra os historiadores, pois estes, em vez explicarem as coisas *ipso facto*, também se enredam nas malhas da opinião e, conseqüentemente, cometendo os mesmos erros da maioria quando querem ir para além de seu *métier*, do que lhes compete.

Palavras-chave: Bayle, opinião, experiência, história, crítica.

Abstract: Bayle notes that the observation of historical facts, analogously to the observation of natural phenomena, from his *Pensées diverses sur la comète* to his last writings, aims to demonstrate that the certainty of a sustained thesis depends on always going to the domain of history, which here is synonymous with experience. And this, in turn, is the pillar of what the author understands as the historical-critical method: that is, when history and criticism come together, since unfounded opinions about historical phenomena must necessarily pass through the sieve of experience. , being put to the test whenever they are not evident to those who investigate them. In this way, starting from the critique of the plurality of voices, Bayle makes experience the founding element and the method of the history-criticism binomial. From criticizing the criterion of the majority of suffrages, Bayle will make harsh considerations against historians, as these, instead of explaining things *ipso facto*, also get entangled in the meshes of opinion and, consequently, committing the same mistakes as the majority when they want to go to beyond their *métier*, beyond what is their responsibility.

Keywords: Bayle, opinion, experience, history, criticism.

“O mesmo homem que tira a espada para se vingar de um desmentido, conta as circunstâncias de seu duelo com mil fantasias”.

Bayle, *Continuation des Pensées diverses*,

1. Introdução

Em sua definição, a opinião – do grego *doxa* – geralmente concerne a um estado de espírito designado como pensamento entendendo que uma afirmação ou concepção sobre alguma coisa seja verdadeira, mas podendo ser suscetível de equívocos quando instituída e cristalizada por toda uma sociedade, ganhando exponencialmente *status quo* de verdade.² Por sua vez, opinião pública significa um juízo coletivo afirmado por círculos sociais no que tange a um fato ou a uma crença, todavia, sem um exame *a priori*.³ En-

2 N'A *República*, por exemplo, Platão estabelece pelo menos três sentidos diferentes para o vocábulo *doxa*: 1) distingue o conhecimento (*èpistème*) da opinião (*doxa*), sendo esta todo e qualquer julgamento baseado nas aparências (V, 476d, p. 216, 477b, p. 217, e VI, 490b, p. 233) sendo o filodoxo (*philodoxos*), isto é, amante da opinião, oposto ao filósofo (*philosophos*) amante da sabedoria (V, 480a, p. 222, n. 61.) ; 2) a *doxa* como “opinião verdadeira” ou “reta” (*doxa òrté*) mas mesmo assim Platão a ainda a atribui à esfera da sensibilidade (VI, 506c, p. 254 e X, 602a, p. 386); 3) *doxa* como reputação, isto é, quando Sócrates faz o elogio da justiça como um bem em si mesmo, define-a como um bem do qual o homem tira proveito de sua reputação. (II, 367e, p. 73, n. 20) Todas as referências eu extraí de PLATÃO. *A República*. Trad. e org. de J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2006 (Textos; 19).

3 Ver a respeito Bertrand Binoche, “Croyances privées, opinion publique”, In: *Revue Philosophique de Louvain*. Louvain: 2010, pp. 617-638. A tese do autor é que a opinião se tornou pública porque a religião se tornou algo do âmbito privado e, para aperceber-se desse fenômeno, é preciso ter em mente duas coisas: 1) que a opinião pública obteve êxito tão e somente devido a ser entendida como uma solução de um determinado problema, que consistiria em uma pacificação social desvinculada de qualquer compromisso doutrinário; 2) por outro lado, ela correria o risco de não corresponder às expectativas, não passando de uma versão secularizada

tretanto, qual o significado opinião no pensamento de Bayle desde os seus *Pensées diverses sur la comète*⁴? Para o filósofo francês, opinião é o ponto de vista da tradição, todavia, carente de exames, razões e fatos, guiando-se unicamente por preconceitos e asserções irrefletidas. Assim sendo, quando se trata de fidelidade aos fatos, é insuficiente aos historiadores meramente imaginarem o que aconteceria supostamente em algum acontecimento histórico específico, dispensando a sua investigação e fundamentação com, no mínimo, provas esclarecedoras. Não relatando um fato utilizando como método a própria experiência histórica, logra em sua empreitada, isto é, perdem-se conjecturas infundadas quando se trata de fazer

da crença pública, como o catolicismo, por exemplo (p.617-618). Mais além, o autor afirma que a opinião pública se defronta, sob determinadas regras, com as opiniões individuais contraditórias, visando a arranjá-las em uma “aproximação democrática da verdade”, ela ficaria destituída de sentido perante a uma volatilização permanente”. Em outros termos, de acordo com essas mesmas regras, as próprias opiniões, contrárias umas às outras, tornar-se-ão pueris. (p.632). Binoche menciona que, se esses equívocos da opinião pública podem levar um indivíduo a renunciá-la, basta entrevê-la de um outro modo: entendendo-a como uma reflexão coletiva, retirando dela tudo que há de dogmático, separando de toda crença as regras formais que a moldam. (p. 634) Contudo, parece que o autor não consegue dissociar ainda opinião – privada ou pública - de crença, mas no máximo, entende que é preciso aprender a discernir a racionalidade que há na mesma, e a tarefa do filósofo nessa empreitada é a de ser um “hermeneuta do preconceito”(p.634). Em outras palavras, Binoche está nos antípodas das teses de Bayle, à medida que afirma que a crença é indispensável a qualquer sociedade: “A opinião pública, se podemos ainda nomeá-la assim é, então, o todo de crenças as quais nenhuma comunidade pode dispensar-se e, então, trata-se de discernir respeitosamente a racionalidade: desse fato, não é questão de transformar o mundo, mas de bem interpretá-lo!” (*Id. Ibid.*)

- 4 Doravante será citado como PDC, conforme o sistema de siglas das obras de convencionado pelos estudiosos e estudiosas de Bayle e que valerá para os outros escritos do autor citados no texto: OD = *Oeuvres diverses*; APD = *Addition aux pensées diverses*; CPh = *Commentaire philosophique sur ces paroles de Jésus-Christ “Contrains-les d’entrer”*; DHC = *Dictionnaire Historique et critique*; CPD = *Continuation des pensées diverses*; ESA = *Eclaircissement sur les athées*; SCPh = *Supplément du commentaire philosophique*.

história, e mais do que isso, fazer uma *história crítica*. Bayle não hesita: não são digressões extra-históricas que poderão “autorizar a opinião comum, porque elas não são sobre coisas que são da alçada do historiador” (PDC, 2007, p. 71; OD III[PDC], p. 11b.) *É impossível fundamentar* a ciência histórica em divagações aleatórias, ao sabor dos humores de quem debita os acontecimentos, rejeitando o que ocorreu realmente *ipso facto*. Sendo assim, a autenticidade e credibilidade e até mesmo o *sentido* da história passam pelo tribunal da experiência, o qual deslegitima opiniões vulgares e temerárias com ares de serem a última palavra em qualquer discussão acerca do que seja fazer história ou fazer *a* história.

2. A crítica à opinião e à pluralidade das vozes

Para Bayle, não é um bom método ou caminho adequado, quando se trata da história, acomodar-se em vez de se debruçar sobre cada minúcia de uma questão. Todavia, na citação abaixo o filósofo de Carla denuncia o procedimento clássico de quem repudia explicações mais robustas acerca de um determinado tema ou problema levantado:

É um método muito fácil de refutar as inovações: evita-se o detalhe das controvérsias; a via da prescrição evita todas as fadigas do exame: porque se dispensa as discussões, a respeito mesmo do ponto de fato sobre a antiguidade e a extensão pressupostas. Reporta-se plenamente à voz pública. Tudo isso lisonjeia a preguiça humana. É por isto que se munem desse argumento em todas as ocasiões, e para uma vez que ele possa ser útil à verdade, é cem vezes favorável à falsidade. (OD III[CPD], p. 232a.)

Para se tomar alguma posição critérios rigorosos *são imprescindíveis como, por exemplo*, pôr na balança os argumentos e descartar a quantidade de pessoas que os adotam em contendas polêmicas. Simultaneamente, *é enfatizado o pleno direito a um minucioso examen* dos prós e contras de

um embate discursivo, e o pleno direito de optar por um dos lados quando evidenciada a consistência dos argumentos. Bayle afirma claramente que *à adesão* ou recusa da *pluralité des voix* é preciso *pesar* as suas razões e não simplesmente quantificá-la:

E daí eu tiro essa consequência que a pluralidade de vozes não é de modo algum aqui uma prova decisiva: cada um pode dispensar-se de aí ter consideração e se manter em um pleno direito de examinar as razões dos dois partidos, e de adotar ou o pequeno número ou o grande número segundo o peso das razões. É o que se chama *pesar as vozes* e não *contá-las* (OD III [CPD, p. 231b])

A crítica de Bayle vai operar estritamente contra critérios quantitativos quando se trata de esclarecer verdade(s) em um determinado tema histórico, a mera quantidade dos sufrágios é um engodo que tenta se fundamentar em critérios infundados e arbitrários, lançando mão de uma eloquência vazia que “ dão mais honra àquele que os debita e muito mais impressão sobre a consciência dos auditores do que cem outras proposições provadas demonstrativamente (PDC, 2007, p. 67; OD III[PDC], p. 10a.). Todo discurso que almeja angariar muitos adeptos *é eivado* de uma retórica pomposa, querendo impactar o público destinado. A eloquência dando o tom argumentativo, as provas concretas do que se afirma são dispensadas tanto pelo locutor, como pelo interlocutor. O ponto nevrálgico da crítica de Bayle *é este*: a autoridade da *tradição*, mas de qual tradição? Sejam teólogos, filósofos, físicos, astrônomos, astrólogos ou historiadores⁵, limitam-se

5 Bayle cita entre tais autores o físico Tycho-Brahé e o historiador Jean Bodin, por exemplo. (parágrafos §13 e §25 respectivamente dos PDC) Uma lista mais pormenorizada de tais autores criticados por Bayle ver, JORINK, E. “Comets in context. Some Thoughts on Bayle’s *Pensées diverses*”. In: BOTS, Hans/VAN BUNGE, Wiep. *Pierre Bayle (1647-1706), Le philosophe de Rotterdam: philosophy, religion and reception*. Brill: Leiden/ Boston, 2008, pp. 51-68. Ver também as notas de rodapé da edição dos PDC de A. Prat,

à opinião corriqueira e de tempos imemoriais de que fenômenos naturais são avisos celestes de mau agouro para o porvir, para ficarmos aqui em um exemplo da passagem de um cometa em 1680 que Bayle analisa pormenorizadamente em sua lógica e argumentativa e as suas respectivas consequências filosóficas, psicológicas e morais em seus Pensées diverses sur la comète.⁶ Segundo a comentadora Isabelle Delpla, “[...] esta gênese psicológica da autoridade social além de toda legitimidade está igualmente na origem da autoridade da tradição. Bayle descreve um fenômeno mecânico e quase epidêmico de propagação da opinião, seja ela falsa” (2003, pp. 155-56).

Bayle afirma categoricamente o quanto uma opinião tem o seu poder de influência na humanidade: “Que não podemos ver o que o que se passa no espírito dos homens quando eles escolhem uma opinião!” (2007, p. 72; OD III[PDC], p. 12a). Alguns fatores podem ser aventados que fazem com que a humanidade deposite a sua confiança cegamente em uma leitura de mundo que desconsidera o que acontece na experiência: preguiça, preconceito, credulidade, ignorância, arrogância, conformismo, docilidade e outros empecilhos à reflexão que culminam em um evidente “delírio interpretativo” (DELPLA, 2003, p. 157) que contamina as sociedades em geral. Surge aí um campo deveras privilegiado para que uma opinião falsa passa facilmente por verdadeira e o erro, por sua vez, torna-se a pedra de toque da realidade social e po-

Paris: Librairie E. Droz, 1939, 2 vols.

- 6 “Após o que eu venho a dizer, seria supérfluo refutar em particular o preconceito da tradição; porque é visível que, se a prevenção onde se está de tempos imemoriais sobre o capítulo dos cometas pode ter algum fundamento legítimo, ele consiste inteiramente no testemunho que as histórias e os outros livros renderam sobre isto em todos os séculos; de sorte que esse testemunho não deve ser de nenhuma consideração, como eu justifiquei e como ele aparecerá mais ainda pelo que me resta a dizer, não é preciso levar em conta a multidão dos sufrágios que são fundados sobre isso.” (BAYLE, 2007, §7, p. 72; OD III[PDC], p.12a).

lítica, sendo a última palavra ensejada pelo reconhecimento coletivo – ou pela grande maioria – de uma opinião imposta e assim, revestindo a tradição de autoridade dentre uma ordem social. Pontos de vista opostos a uma opinião corrente pode ser entendidos: 1) como jocosos, já que ironicamente Bayle diz nas *Additions aux Pensées diverses* “que somente pode se tornar ridículo em todos os tempos e, sobretudo, em um século como o nosso, quando se opõe à notoriedade pública” (IV, p. 61; OD III[APD], p. 173b); 2) porém, opor-se à grande maioria pode ser uma postura perigosa, pois a multidão pode se insurgir e se revoltar contra quem possui uma opinião diferente sobre algum assunto ou polêmica, visto que o filósofo “se vê reduzido à necessidade de crer no que todo mundo acreditava, com medo de passar por um faccioso que quer só saber mais do que todos os outros e contradizer a venerável Antiguidade”⁷ (PDC, 2007, p. 73; OD III[PDC], p. 12a); 3) Bayle *aí* entrevê a dificuldade em esclarecer as pessoas, pois quando uma determinada opinião se torna a palavra de ordem na prática regendo as sociedades, o desinteresse

7 Valendo aqui neste caso a prudência. Bayle diz nos PDC: “E como eu tomo toda sorte de precauções para não ser reconhecido o autor desta Carta sobre os cometas, que foi impressa na Holanda poucos meses após a minha chegada, eu não mudei nada na linguagem a qual falei. Creio que nada seria mais próprio que uma tal linguagem a fazer julgar que a Carta aos cometas não era de modo algum o escrito de um homem saído da França pela Religião” (2007, “Avertissement au lecteur”, pp. 60-61; OD III[PDC], p. 7a). Na CPD, Bayle diz a respeito ao que podem se expor escritores que vão na contramão da opinião comum: “Eu digo então, Senhor, que todo escritor que ataca as opiniões geralmente aprovadas se expõe a indignar os Leitores. Ele torna-se suspeito de uma vaidade temerária e de um espírito de singularidade que desagrade as pessoas modestas e mais ainda os corações orgulhosos e invejosos. É porque ele deve recorrer a tudo para mostrar que, se ele se afasta do caminho trilhado, é por grandes razões. Eis de um lado o melhor meio de subtrair à inveja seus mais belos pretextos, e de outro a melhor satisfação que se possa dar às pessoas honestas, que as aparências de singularidade possam ter colocado mau humor.” (OD III[CPD], p. 240a).

em saber a verdade das coisas *não demora a vir à tona*, e assim sendo, a luta se torna desigual e, conseqüentemente, se ganha “pouca coisa pelos raciocínios filosóficos” (PDC, 2007, p. 59; OD III[PDC], 7a.)

3. O *examen* dos fatos históricos

Em relação à propensão natural de quem crê em tudo que lhes é dito sem razões suficientes e esclarecedoras, Bayle desfere a sua crítica ao que ele chama de “sofisma de autoridade” (*Id. Ibid.*, p.74; *Id. Ibid.*, p. 12b) cabendo à *filosofia* a empreitada para o esclarecimento dos reais fundamentos das opiniões. O pensador de Carla afirma que cabe à filosofia especificamente o *exame*⁸, ou seja, o filósofo pode e deve *examinar* ou *passar em revista* tanto a origem, a lógica, a intenção como os resultados e conseqüências de uma opinião corrente disseminada. Nos *Pensées diverses sur la comète*, ele afirma:

Eu digo mais uma vez, é uma pura ilusão pretender que um sentimento que passa de século em século e de geração em geração não possa ser inteiramente falso. Por pouco que se *examinem* as causas que estabelecem certas opiniões no mundo e as que as

8 Conceito chave principalmente no *Commentaire philosophique sur ces paroles de Jésus-Christ “Contrains-les d’entrer”* -1686 - sendo o exame por meio da razão torna-se um “critério”, “medida” (Cf. 1992, I, i, p. 89) “regra original” (*Id. Ibid.*) ou “regra matriz, primitiva e universal de julgar e discernir o verdadeiro do falso, o bom e o mau.” (*Id. Ibid.*, p. 95) Cf. Também sobre o mesmo assunto o *Supplément du Commentaire philosophique*, em particular no cap. XVII, pp. 136-147. Ver também OD III[CPD], p. 224. Para Gianluca Mori, é na noção de exame que reside a originalidade do pensamento de Bayle: “A originalidade de Bayle reside precisamente nesta opinião de fundo: ao invés de ligar o ateísmo a tal ou tal doutrina metafísica – a alma do mundo, o monismo espinosista, o atomismo epicurista – ele o faz, antes de tudo, uma opinião epistemológica (e moral), identificando-o, de fato, com a própria filosofia, com a noção de *examen*, como que nos resta de idéias claras e distintas, que a fé nos impõe renegar em nome de uma divinação divina superior” (1999, pp. 270-271).

perpetuam de pai para filho, ver-se-á que não há nada de menos razoável que esta pretensão. Confessar-me-ão sem dúvida que é fácil persuadir o povo de certas opiniões falsas que se conciliam com os preconceitos da infância ou com as paixões do coração, como são todas as pretensas regras dos presságios. Eu não pergunto ainda, por isso basta para tornar essas opiniões eternas; porque, à exceção de poucos espíritos filósofos, ninguém pensa em *examinar* se o que se ouviu por toda parte é verdadeiro (2007, p. 235; OD III[PD], p. 68a, grifos meus).

A ilusão advinda de uma crença irrefletida em falsas opiniões – *como a de que cometas surgiram nos céus enviados por um deus para erradicar os ateus da face da terra* – ganhou envergadura por dois aspectos: 1) o preconceito adquirido e inculcado desde a infância e, por sua vez, transmitido por sucessivas gerações; 2) as paixões do coração sendo eminentemente do âmbito do sentimento, e não da razão.⁹ Esta, em contrapartida, empreendendo um acurado exame precisamente acerca da origem do surgimento como da veracidade de opiniões propaladas e solidificadas no decorrer dos tempos, poderá mostrar a falsidade sub-reptícia em argumentos *não* amparados tanto em demonstrações como em provas factuais. Ironicamente, Bayle diz que para “pequenos” autores como ele, não seria de bom tom lidar com determinadas questões de maneira breve e resumida, sendo tal atitude tolerável unicamente em um homem de uma grande autoridade entre os doutos” (OD III[CPD], p. 240b). Em meio a um debate, estar sempre preparado é fundamental, explanando e explicando acuradamente a ordem das razões, defendendo-a perante os opositores e fulminando toda e qualquer objeção. Em se

9 Raciocínio similar no *SCPh*: “Que como o que os Juízes não podem sempre discernir o inocente do culpado, e que com as melhores intenções de fazer justiça, absolvem algumas vezes este e punem aquele, faz bem ver que eles têm o espírito limitado e sujeito a grandes ilusões, conseqüências inevitáveis da humanidade, mas não que eles odeiem a justiça e que, por uma vontade infectada de corrupção, querem ser injustos (XIX, p. 161; OD II[SCPh], p. 517b)

tratando de critério, o filósofo francês exige um mais preciso no que concerne ao esclarecimento de alguma opinião, pois

[...] é uma péssima prova da verdade de uma coisa dizer que uma infinidade de pessoas a afirmaram. Temeis que isso seja de uma perigosa consequência em relação à doutrinas que nos devem ser infinitamente preciosas. Respondo-vos, Senhor, que nada deveis temer por aí. As grandes e importantes verdades possuem caracteres interiores que as sustentam: são por estes signos que devemos discernir, e não por caracteres exteriores que só podem ser equívocos, se eles convêm tanto à falsidade como à verdade (*Id. Ibid.*, p. 193).

Bayle insiste no ponto nevrálgico, a saber, o engano de uma tradição fortalecida por opiniões de outrora em pensar que está isenta de falsidade. Possuir nome e título de sábio está longe de ser um bom critério para fazer com verdades ditas tradicionais sejam assimiladas como pontos pacíficos, porém, contrariamente, só reforça cada vez mais a necessidade de serem colocadas sob suspeição, de serem questionadas e desconstruídas. Uma opinião só pesará qualitativamente mais do que outra conforme o seu grau de certeza, *à luz do conhecimento sobre o que está sendo debatido*. Bayle afirma:

Por aí, parece que os sábios estão algumas vezes, em uma tão perigosa suspeita quanto o povo, e que uma tradição fortificada por seu testemunho não é por isso isenta de falsidade. Não é preciso então que o nome e o título de sábio nos sejam impostos. Que sabemos nós se esse grande doutor que expõe alguma doutrina anunciou mais de modo a se convencer que um ignorante que acreditou nele sem examinar? Se o doutor o fez igualmente, sua voz não tem mais autoridade que a de outro, visto que é certo que o testemunho de um homem só deve ter força à proporção do grau de certeza que se adquiriu instruindo-se plenamente de fato (2007, p. 137; *OD III[PD]*, p. 35a).

Pesando as duas opiniões, tanto uma como a outra, desprovidas de um exame rigoroso prévio do que sustentam numa discussão, equivalem a nada. Há claramente uma es-

pécie de delegação de pretensão do conhecimento aos sábios, porém, a despeito dos títulos, em nada convencem uma vez que não possuem conhecimento algum do que debatem. Bayle fala em uma escala de graus de certeza: mesmo não estando se estando convicto plenamente de se alcançar uma verdade absoluta em alguma questão, a probabilidade de ter uma opinião mais vigorosa e fundamentada instruindo-se mais a fundo tende a ser maior, pois tal postura intelectual está no vetor contrário de uma pseudosapiência mais considerada pelo que aparenta conhecer do que efetivamente por ter conhecimento profundo do que se trata. Nesse sentido, Isabelle Delpla, afirma que “esta extensão da autoridade intelectual em prol do personagem social do sábio decorre da credulidade, da ausência de espírito crítico e de uma preguiça que dispensam de verificar o alcance de um saber” (2003, p. 155).

Um sentimento ilusório de convicção sobre algo somente ganha força no momento em que se mostrou como verdade a quem que sequer dispendeu um esforço mínimo exigido em se debruçar em um exame rigoroso do que lhe é apresentado, e até mesmo imposto, através de diversos expedientes como discursos, livros e todo veículo de informação possível e descompromissado com o esclarecimento. Uma vez ausente nas questões discutidas um conhecimento mais aprofundado das coisas, a multidão ficará sempre restrita aos perímetros do que lhe parece a verdade e do que lhes apresentam como tal:

Eu disse-vos antes e ainda repito-vos: um sentimento só pode se tornar provável pela multidão daqueles que o seguem igualmente ao que pareceu verdadeiro a muitos, independentemente de toda prevenção e pela força única de um exame judicioso, acompanhado da exatidão e de uma grande inteligência das coisas; e como bem foi dito que um testemunho que viu é mais crível que dez que falam por ouvir-dizer, pode-se também assegurar que um homem hábil que só debita o que ele meditou extremamente e que encontrou à prova de todas as suas dúvidas dá mais peso a

seu sentimento que cem mil espíritos vulgares que seguem como carneiros e depositam tudo na boa fé de outrem. (2007, p. 137; OD III[PD], p.35b.

A incumbência do filósofo é demonstrar argumentativamente que recorrer à experiência, exame, meditação e um vasto conhecimento das coisas são fatores indispensáveis para estar em condições de debater e defender uma determinada posição com firmeza em um tema ou problema proposto e que deve ser investigado. Para além disso, Bayle enfatiza mais um testemunho ocular, isto é, que observou o que aconteceu em um determinado momento através da experiência, refutando quem proferiu julgamentos irrefletidos *à esteira de outras* opiniões já proferidas também arbitrariamente, querendo cooptar seus respectivos públicos. Já antes de Nietzsche, Bayle denuncia a existência de um espírito de rebanho característico em um contexto que o espírito crítico do método de sondagem das opiniões através da experiência não era bem visto pelo vulgo, uma vez que a crítica desvela a inércia intelectual de um círculo social que prefere a *quantidade à veracidade* das opiniões¹⁰, quando, ao contrário, *é mister “se servir do método de pesar as vozes e não contá-las”* (OD III[CPD] pp. 194b-195a).

4. O método da Filosofia

Bayle é incisivo: em filosofia, o julgamento do vulgo *não deve ser levado em conta quando se trata de observar e analisar os fatos e fenômenos naturais pela experiência como e através*

10 Quanto à insustentabilidade do seu paradoxo do ateu virtuoso, Bayle diz na CPD: “Crede-vos, Senhor, que com a pluralidade de tais sufrágios se possa tornar superior a probabilidade da tese oposta ao meu paradoxo? Penseis aí bem, encontrareis que esta pluralidade vem de uma fonte que enfraquece extremamente a decisão” (OD III, p. 306b).

da razão, sendo uma *questão de método*. Escolher a volúvel multiplicidade opinativa como o melhor caminho para julgar uma contenda, é recair no erro de uma série de enganos os quais podem colocar sua legitimidade em xeque:

[...] sempre lembro, que não é preciso contar as vozes, que é preciso pesá-las, e que o método de decidir uma controvérsia pela pluralidade das vozes, está sujeito a tantas injustiças, que só há a impossibilidade de fazer de outro modo que o torne legítimo em certos casos. (2007, p. 138; OD III[PDC], p. 35b).

A insegurança em de saber qual sufrágio vale mais que outro se deve à *falta de competência* e das “*luzes necessárias*” para estabelecer a legitimidade de cada parecer, fazendo com que seja tolerável que uma opinião seja equivalente à outra em determinadas situações. Todavia, Bayle argumenta que, visto que os embates filosóficos *são de outra especificidade, se faz necessário* refutar cabalmente os argumentos dos crédulos e supersticiosos, pesando mais o pequeno número de filósofos. Nesse sentido, Bayle reduz a nada a velha máxima “a voz do povo é a voz de Deus” da qual emanam os pensamentos mais absurdos:

Mas, visto que as Controvérsias de Filosofia não são desta espécie, nos é deveras permitido computar como nada os sufrágios¹¹ de uma infinidade de pessoas crédulas e supersticiosas, e antes, aquiescer às razões de um pequeno número de Filósofos. Assim, Mr., sem ter consideração ao vosso *Vox populi, vox Dei*, que autorizaria os pensamentos mais ridículos, se aí o seguissem, eu seria muito da opinião que se examinasse primeiramente se é verdadeiro que os anos que acompanharam de perto os cometas foram sempre notáveis pelos fatos mais trágicos do que aqueles que se vê acontecer em outros tempos (2007, p. 138; OD III[PD], p.36a.)

11 O significado do termo sufrágio atualmente tem o mesmo sentido jurídico e eleitoral como era utilizado no século XVII. Ver DUBOIS, Jean; LAGANE, René; LEROND, Alain. *Dictionnaire du français classique: XVIIe siècle*. Paris: Larousse, 1988, p.518 (Références Larousse).

Contrariamente aos pregadores fomentadores da superstição, Bayle traz à tona o restrito círculo dos filósofos que justamente vão tratar de investigar as apreciações dos crédulos e coloca-las à prova. A experiência nos mostra que, em muitas vezes, opiniões não tem correlação alguma com as *ações*, uma vez que vê a capacidade humana das mais gritantes aberrações no que concerne aos indivíduos em relação a seus pares, e, por outro lado, em relação a si próprios estabelecem inúmeras exceções incorrendo na famigerada petição de princípio. Raramente agem de acordo com seus princípios, pois mesmo hábeis em matérias de ordem especulativa, pecam pela facilidade que têm de assimilarem falsas inferências, ao invés de dispenderem seus esforços para pensarem e agirem *per se*.

5. As paixões humanas e os costumes no decorrer da História

No que tange aos costumes, para Bayle o quadro não é mais confortante: a despeito de terem gravadas em suas suas consciências todas as ideias da equidade natural, os indivíduos tendem sempre à concupiscência. Assim sendo, o ponto é: se impera no seio da humanidade todos os preceitos religiosos – estando aí o preceito da equidade – como e por qual razão na *prática são as paixões* que se sobressaem nas opiniões e no *modus vivendi*?

De onde vem tudo isso, por favor, ainda que exista entre os homens uma prodigiosa diversidade de opiniões no tocante ao modo de servir a Deus, e viver segundo as leis da decência, contudo, vemos certas paixões reinarem constantemente em todos os Países e em todos os séculos? (PDC, 2007, p. 293; OD III[PDC], p. 88a).

Observando a experiência, recorrentemente as paixões falam mais alto na humanidade, sendo a norma de sua con-

duta, sendo o gatilho de toda sorte de malefícios e sacrilégios que alguém pode cometer contra seu próximo, já que age sempre conforme o seu temperamento. Bayle pinta a condição humana dessa forma, pois, para satisfazer seus desejos, todos e todas não diferem em coisa alguma, comportando-se mimeticamente no que concerne às paixões:

[...] o Judeu e o Maometano, o Turco e o Mouro, o Cristão e o Infiel, o Indiano e o Tártaro, o habitante de terra firme e o das Ilhas, o Nobre e o Plebeu, todos esses tipos de pessoas que, no resto, só concordam, por assim dizer, na noção geral de homem, são tão parecidos a respeito dessas paixões, que diríamos que eles copiam uns aos outros? (PDC, 2007, p. 293; OD III[PDC], p. 88a).

O temperamento, entendido como uma disposição que emerge do fundo da natureza humana, em qualquer lugar que tenha nascido e devido aos seus conhecimentos adquirido, é o *leitmotiv* das ações humanas. Para Bayle, tudo isso advém da constelação de superstições reinantes entre os povos no decorrer da história, que, para apaziguar a cólera de seus deuses, projetavam e engendravam dentre o imaginário coletivo diversos prodígios, que supunham serem os causadores dos infortúnios terrenos, resultando na prática nos crimes mais indescritíveis.¹² Aí Bayle aponta uma grande contradição: nesse *tableau* sombrio de crimes religiosos registrados pela experiência histórica, como é possível que cristãos – ou devotos de qualquer religião – ainda sintam a necessidade de abdicarem de seus vícios almejando a felicidade eterna?

Se assim não fosse, como seria possível que os Cristãos, que conhecem tão claramente por uma revelação sustentada por tantos

12 “É preciso que assim seja, visto que os antigos Pagãos, acabrunhados por uma multiplicidade inacreditável de superstições, perpetuamente ocupados em apaziguar a cólera de seu Deus, apavorados por uma infinidade de prodígios, imaginando que os Deuses eram os Dispensadores da adversidade e da prosperidade segundo a via que se tomava, não deixaram de cometer todos os crimes imagináveis” (PDC, 2007, pp. 293-294; OD III[PDC], p.88a).

milagres, que é preciso renunciar ao vício para ser eternamente feliz, e para não ser eternamente infeliz; que tem tantos excelentes pregadores pagos para aí lhes fazerem as mais vivas e prementes exortações do mundo; que se encontram em toda parte tantos Diretores de Consciência zelosos e sábios e tantos livros de devoção; como, afirmo, seria possível entre tudo isso, que os Cristãos vivessem, como o fazem, nos maiores desregramentos do vício? (2007, p. 294; OD

Sendo que também a experiência mostra que a religião nunca serviu de freio mas de estopim para ações as mais calamitosas, Bayle entende a inevitabilidade disso inferindo que a humanidade, sendo capaz de cometer ações as mais atrozes, “jamais vai impor uma regra a seu respeito que não admita mil exceções” (*Id. Ibid.*, p. 297; *Id. Ibid.*, p. 89a.); e também porque o móbil principal humano que incita a agir são eminentemente são “*as paixões presentes do coração*” (*Id. Ibid.*; *Id. Ibid.*, p. 89b., *itálicos de Bayle*.) O argumento de que religiosos que não se comportem de acordo com seus princípios é por causa de seu ateísmo velado¹³ aqui cai por terra, pois mandamentos religiosos são móbeis *ativos* e não *inibidores* de crimes que são cometidos em nome de uma religião ou crença, de uma seita contra outra e/ou de um país contra outro. Bayle indaga: se alguém é ciente de que matar ou roubar é condenável pelo deus que acredita e se sua índole não aceita que tais ações sejam cometidas, ou se o receio da vergonha e da punição poderiam ser motivos para impedi-lo, por que – e a história e a experiência o comprovam – crimes são cometidos mesmo assim a despeito das luzes da consciência? Em outras palavras, “se as luzes da consciência fossem a razão que nos determina, os cristãos viveriam tão mal como o fazem?” (PDC, 2007, pp.297-298; OD III[PDC], p.

13 “Não podem me responder que os cristãos que não vivem conforme aos princípios de sua religião não são persuadidos de nossos mistérios e que são ateus escondidos” (PDC, 2007, p. 298; OD III[PDC], p. 89a).

89b.) Dessa forma, Bayle diferencia persuasão de espírito das paixões particulares: a primeira não pode ser o móbil de ações criminosas, pois alguém pode ser persuadido intimamente de que nenhuma deus exista e nem por isso se sentir motivado a cometer algum delito atroz, podendo viver em paz consigo e com seus pares sociais; contudo, as paixões particulares, como o ressentimento, o rancor e a vingança, aliadas à uma crença religiosa, podem evidenciar uma descontinuidade ou paradoxo enorme entre o que se crê e o que se faz, sendo isso fartamente comprovado pela história e pela experiência¹⁴. Se ainda parece uma monstruosidade ao vulgo que descrentes tenham uma vida imaculada política, social ética e moralmente, todavia, é um estranho espetáculo, *ipso facto*, que dentre a humanidade, tida como racional por excelência, ainda ajam somente esporadicamente de acordo com o que creem deixando-se levar cegamente pelas paixões.¹⁵

6. A experiência como método na história

À esteira do paralelo que Bayle estabelece entre o ateísmo e a idolatria, assunto principal de seus *Pensées diverses sur la comète*,¹⁶ O filósofo francês afirma que se quisessem refutar

14 Daí, Bayle reverte a argumentação, isto é, do mesmo jeito que um ateu pode agir corretamente por seu temperamento, um idólatra pode agir desagradamente: “Então é fácil que um ateu se prive de seus prazeres em favor de um outro como é fácil que um idólatra faça um falso sermão. Assim, se vê que, de um homem que não tem religião, não se segue necessariamente que ele se entregue a toda sorte de crimes ou a toda sorte de prazeres” (PDC, 2007, p. 371; OD III[PDC], p. 113b).

15 “Eu concebo que é uma coisa bem estranha que um homem que vive bem moralmente e que não crê nem em Paraíso nem em Inferno. Mas eu sempre aí lembro que o homem é uma certa criatura que, com toda a sua razão, não age sempre conforme a sua crença” (PDC, 2007, p. 370; OD III[PDC], p. 113a.)

16 No final das contas sendo um falso paralelo, devido ao ganho de causa

os seus argumentos, isto é, que a corrupção natural poderia mais facilmente erradicada nos idólatras do que nos ateus, mais uma vez recorre à experiência. Mais precisamente, ele indaga: porque os idólatras mais fervorosos não conseguiram ainda minimamente extirpar essa chaga de seus espíritos?

Que me objetem tanto quanto queiram que o temor a um Deus é um meio infinitamente apropriado para corrigir esta corrupção natural, eu apelarei sempre à experiência e sempre perguntarei porque então os pagãos que levavam o temor a seus deuses até superstições tão excessivas tão pouco corrigiram esta corrupção que não há vício abominável que não tenha reinado entre eles. (*PD*, 2007, p. 309; *OD III[PD]*, p. 93b.)

Consultando a experiência, crer em um deus serviu mais para impulsionar as mais variadas e extravagantes superstições e promover toda espécie de vícios do que propriamente extirpar a corrupção das mentes e corações dos idólatras. Todavia, Bayle afirmando que tal corrupção é natural, então valeria tanto para idólatras como para ateus. Uma tentativa de resposta para sair dessa possível aporia é que se o ateu cometesse algum delito, o faria coerentemente sem contradição com mandamento divino algum ou impedido pelo temor de uma justiça divina. Isto é, se fosse para ser corrigida a sua corrupção natural, que o fosse por uma instância tão e somente humana, não religiosa ou celeste. Tanto o crime como o castigo seriam encarados humanamente, tendo como a régua de suas ações sua condição mundana e terrena. Mas para o idólatra, o peso seria duplo: além do delito já ser passível de condenação humanamente jurídica e moral, teria de prestar contas com o seu deus que, supostamente lá de cima vendo tudo, já tem preparado o seu castigo condizente à sua ação. E, por outro lado, mesmo tendo receio de ser condenado pelos céus, ainda poderia cometer algum crime

dado ao ateísmo da parte de Bayle.

motivado pelas suas paixões uma vez que a ocasião para tal se apresentasse.¹⁷ Para Bayle, isto é uma questão de fato:

Vemos reinar ainda por toda parte esta espécie de espírito que encerra os homens no pecado, não obstante o temor dos infernos e os remorsos da consciência. [...] Se é então verdadeiro, como a história e o curso da vida comum o justificam, que os homens podem mergulhar em toda sorte de crimes enquanto estão persuadidos da verdade de sua religião que lhes ensina que Deus castiga severamente o pecado e que recompensa magnificamente as boas obras; é preciso concordar que para os que nos dão esta persuasão como uma prova e como uma justificação de boa vida enganam-se necessariamente, e que, assim, é mal raciocinar concluir que um homem que é idólatra viva melhor do que um ateu. (PDC, 2007, pp.310-311; OD III[PDC], p. 93b.)

A história e a vida ordinária o confirmam duplamente: é assimétrico o medo psicológico do idólatra em ser flagrado em alguma contravenção e como age temerariamente conduzido pelas paixões. A religião torna-se insignificante perante a concupiscência, e esta, como móbil das ações, leva às raiais do absurdo quando se trata da concretização dos atos mais violentos e desproporcionais mesmo quando se acredita em um deus. Mais inacreditável ainda é, na escala das corrupções naturais, entender que esse paradoxo do idólatra ainda seja entendido como sinônimo de uma vida boa e servir de argumento contra a moralidade dos ateus. Contra essa falácia

17 É o que afirma Holbach, citando Bayle: “O ateu, quando comete crimes, não pode ao menos pretender que foi o seu deus que o ordena e que o aprova. É a desculpa que, todos os dias, o supersticioso dá para a sua maldade, o tirano para as suas perseguições, o sacerdote para a sua crueldade e para a sua sedição, o fanático para os seus excessos e o penitente para a sua inutilidade. ‘Não são’, diz Bayle, ‘as opiniões gerais do espírito que nos determinam a agir, mas as paixões.’ O ateísmo é um sistema que, de um homem honesto, não fará nunca um perverso e que, de um homem perverso, não fará um homem de bem.” HOLBACH, Barão de. *Sistema da natureza ou das leis do mundo físico e do mundo moral*. Trad. de Regina Schöpke e Mauro Baladi. São Paulo: Martins Fontes, 2010, II, xii, p. 797.

retórica, Bayle chama a experiência para refutá-la: observando criticamente os fatos históricos, é inevitável chegar à conclusão de que a idolatria em nada impediu seus devotos de incorrerem nas ações mais desumanas contra quem tinha uma concepção de mundo distinta deles. Assim sendo, a conclusão de Bayle é a seguinte: através da experiência e da história, podemos constatar que a tendência a fazer o mal ou o bem não pode ser associada com o conhecimento ou desconhecimento, com a presença ou ausência da noção de um deus no coração e no intelecto. É a natureza, fortalecida pelas paixões as quais têm sua origem no temperamento, que compelem o homem à ação, suscetíveis de serem modificadas conforme circunstâncias externas e fortuitas.¹⁸

7. História e crítica

Sendo certo para Bayle que idólatras foram os autores de toda espécie de crimes no decorrer dos tempos, em relação aos ateus tal postura ainda é algo a ser investigado: não se

18 “Resulta daí manifestamente que a inclinação a fazer o mal não se encontra mais em uma alma destituída do conhecimento de Deus do que em uma alma que conhece Deus; e que uma alma destituída do conhecimento de Deus não é mais despojada do freio que reprime a maldade do coração do que uma alma que tem esse conhecimento. Daí ainda resulta que a inclinação a fazer o mal vem do fundo da natureza do homem e que ela se fortalece pelas paixões que, saindo do temperamento como de sua origem, em seguida modificam-se de diversas maneiras, segundo os diversos acidentes da vida. Enfim, daí resulta que a inclinação à piedade, à sobriedade, à mansidão, etc., não vem do que se conhece que há um Deus (pois, de outra maneira, precisar-se-ia dizer que jamais existiu pagão cruel e bêbado), mas de uma certa disposição do temperamento, fortificada pela educação, pelo interesse pessoal, pelo desejo de ser louvado, pelo instinto da razão, ou por semelhantes motivos que se encontram em um ateu tanto como nos outros homens. Assim, não temos nenhum direito de sustentar que um ateu deva necessariamente ser mais desregrado em seus costumes do que um idólatra” (BAYLE, *PDC*, 2007, pp. 311-312; BAYLE, *OD III[PDC]*, p. 94a.)

sabendo nada ainda sobre eles ou conhecendo-os minimamente pela experiência, é necessário cautela para afirmar ou negar a sua tendência ou potencialidade criminais: se os ateus *poderiam fazê-lo* hipoteticamente, factualmente os *idólatras o fizeram*. Em relação a isso, Bayle recorre à história e arremata:

E se lermos as histórias profanas e os outros monumentos que nos restam da Antiguidade, ver-se-á evidentemente tudo o que a mais brutal e a mais desnaturada luxúria, a mais desenfreada ambição, o ódio e o mais negro desejo, a avareza mais insaciável, a crueldade mais feroz, a perfídia mais estranha podem fazer executar a um ateu professo foi efetivamente executado pelos antigos pagãos, adoradores de quase tantas divindades como tinha de criaturas. (PDC, 2007, p.279; OD III[PDC], p. 83a).

Sempre se fundamentando nos fatos históricos, Bayle é claro sobre quem cometeu mais atrocidades motivadas pelas paixões. Com sua postura crítica, o filósofo de Carla mostra que, desde os tempos mais remotos, registrados nos mais diversos escritos da antiguidade os idólatras foram e são insuperáveis em matéria de crimes. Uma incursão no passado evidenciará o quanto de crimes foram motivados e consumados por paixões tresloucadas dos fervorosos adoradores de ídolos, por meio dos expedientes mais inimagináveis para concretizá-los. Entretanto, a mesma história ainda não nos forneceu evidências factuais justamente das mesmas ações, do que as motivou e de suas respectivas consequências advindas de paixões fervorosas concernentes aos ateus. Os termos e expressões usados por Bayle são precisos: se esses mesmos móveis desencadeadores de ações imorais “podem fazer”, isto é, hipoteticamente, com que um ateu cometa um crime, “efetivamente”, isto é, pelos próprios fatos, pela experiência, os idólatras fizeram e ainda fazem o possível e o impossível devido às suas paixões.

Bayle pensa em um velho e, porém, frágil argumento que poderia lhe ser objetado, a saber, que esses idólatras

criminosos, na verdade, eram ateus na alma, contudo, “seria absurdo pretender que eles não reconheçam nenhum deus. Isso pode ser verdadeiro de alguns, mas é muito falso do maior número como vos provarei invencivelmente” (*PDC*, 2007, p.279; *OD III[PDC]*, p. 83a). E aqui eis mais dois exemplos históricos para ilustrar e reforçar a sua argumentação: o filósofo francês cita o exemplo de Nero que, segundo o historiador Suetônio, era receoso e reconhecia uma justiça divina que o condenava quando fazia pouco caso de certas cerimônias religiosas. Era atormentado por remorsos na consciência e ficava em pânico com pesadelos de mau agouro, e, por outro lado, não hesitava em reverenciar os céus quando era “agraciado”. Devido a seu comportamento volúvel quanto a outras superstições, ele ficava louvando uma pequena imagem de uma criança a qual ele sacrificava de tempos e tempos e que, pouco antes de sua morte, ficava remoendo as tripas das vítimas. Daí a conclusão de Bayle saltando à vista a obviedade: “Ele não era ateu” (*PDC*, 2007, p.279; *OD III[PDC]*, p. 83a). O segundo exemplo é o de Helio-gábalos. Este era tão fervoroso e fanático na adoração ao seu deus que ele tinha sido consagrado padre, levando ao templo que ele tinha colocado abaixo em Roma tudo o que tinha de mais sacro nos outros templos. Chegou mesmo a mencionar que era necessário levar todas as religiões existentes a este templo para que o culto ao seu deus abarcasse os restantes. Da mesma forma, imolava todas as manhãs diversas vítimas sacrificando as mais belas crianças que pudesse encontrar na Itália e, durante a imolação das vítimas, ele orava a seus ídolos e observava as hóstias por dentro para aí tentar entrever os presságios de seus êxitos. Desse fato histórico, Bayle infere: “Tudo isso prova tão fortemente que esse detestável monstro não era ateu que não se tem necessidade de alegar a credulidade que ele tinha por quem lhe tinha predito que

ele morreria por uma morte violenta” (PDC, 2007, p. 280; OD III[PDC], p. 83b).

No que concerne a assuntos de ordem factual, para des-construir o valor consensual de uma opinião, Bayle entende que *é primordial o recurso à história*, por meio de fatos, exemplos, razões *a posteriori*. Na *Continuation des Pensées Diverses*, Bayle diz, por exemplo, que um exame da história antiga fará perceber que é “muito pouco verossímil que a religião tenha servido de freio aos maiores perturbadores da paz pública” (OD III[CPD], p.357b), já “se imagina falsamente que um homem aja segundo seus princípios, isto é, segundo o que ele crê em matéria de religião” (PDC, 2007, p. 372; OD III[PDC], p. 113b.) Em uma de suas várias respostas às acusações de Jurieu, Bayle, nas *Adittions*, diz que seu algoz não poderia concluir que o ateísmo é sinônimo de vício, “[...] inscrever em falso contra *fatos* que têm todos os caracteres de certeza que se podem exigir nessas matérias” (OD III[APD], p.182b, grifo meu). A projeção de preconceitos particulares na análise e crítica dos fatos históricos é, da mesma maneira, um duro obstáculo a ser superado, visto que através da própria história, esses mesmos preconceitos seriam relatados e denunciados, mostrando o quanto podem contaminar o relato dos acontecimentos. No “Esclarecimento sobre os ateus”¹⁹, de seu *Dictionnaire historique et critique*, Bayle afirma:

Para tirar inteiramente as suspeitas de uma afetação viciosa, tive o cuidado de observar²⁰ todas as vezes que pude os maus costumes

19 Ver a minha tradução do texto na íntegra in: *Revista Conatus: Filosofia de Spinoza*. Fortaleza: Ed. da UECE, julho 2009, vol. 3, nº5, pp. 109-113.

20 Um estudo mais detalhado acerca da definição de observação bayleana, ver BIANCHI, L. “Do *Dictionnaire* de Bayle à *Encyclopédie* de Diderot” In: *SKEPSIS*. Trad. de Marcelo de Sant’Anna Alves Primo. São Paulo: Unifesp, 2009, volume III, nº5, pp. 183-200. Quanto à influência das paixões no relato de fatos históricos, o destinatário da crítica de Bayle é Jurieu, uma vez que recusar que ateus viveram corretamente é agir em nome de um utilitarismo

dos Ateus. Se eu não o fiz com mais frequência, foi devido somente à falta de matéria. O Público soube que exige que me indicassem exemplos; ninguém se deu a esse trabalho e eu ainda não pude nada descobrir por minhas buscas (BAYLE, 2010, p. 18).

Bayle enfatiza que suas pesquisas históricas não o autorizaram a afirmar que o ateísmo sempre foi sinônimo de imoralidade. O filósofo exigira exemplos de tal associação, e, não obtendo resposta, não pôde dar uma tintura ortodoxa à imagem dos ateus na história.²¹ Nesse sentido, constatar e dizer que existiram ateus virtuosos em nada ofende a religião, porém, “omitir-se de falar não teria sido conforme ao dever do historiador.” (BOST, 2006, p. 451). Nos *Pensées diverses sur la comète*, Bayle aponta para algo mais além do que propriamente como o historiador deva proceder perante aos fatos históricos: ele toca na *jugulum causae* da questão, isto é, desmistificar a opinião infundada de que a religião é a base de toda e qualquer sociedade²², trabalho a ser feito tanto através da filosofia, como por meio de uma investigação crítica da história. Ora, se Bayle tanto enfatizou a fragilidade da opinião em relação à *apreciação sobre questões de fato*, foi porque a contra-prova cabal irrefutável é a história. Bayle diz na *Continuation*: “Não tenho necessidade de nenhum lugar comum, os fatos bastam-me” (OD III[CPD], p. 305a.) Frase incisiva, pois se o lugar-comum é a opinião, um olhar minucioso sobre os

religioso jamais comprometido com a verdade dos fatos: “Queriam então que eu diga que os costumes dos Ateus jamais foram segundo as regras? Queriam então que eu deitasse uma falsidade e que eu opusesse uma ficção de meu cérebro a *testemunhos irreprováveis*. Queriam então que eu me enrede sobre esses fatos, com medo de diminuir o horror que se tem pelo Ateísmo?” (OD III[APD], 177b, grifos meus.)

21 Na CPD, Bayle retorque a argumentação daqueles que usam de argumentos de autoridade para refutar a honestidade dos ateus, isto é, ele usa das mesmas autoridades para refutar seus opositores. Cf. precisamente os parágrafos LXXVI-LXXVII.

22 Cf. CPD, CXXIV.

acontecimentos factuais pode e tem como imperativo refutar o aparato pseudoargumentativo e impositivo de uma tradição interessada em não sair das malhas da pluralidade dos sufrágios, e, mediante esse critério, distorcer a imagem dos ateus. Aliada à crítica, a história torna-se o instrumento de revista, com a tarefa de estudar cada detalhe e deixando pelo caminho hipóteses que não levem em conta a experiência. Verdades de fato não podem ser caladas nem substituídas por artifícios de retórica, por divagações metafísicas ou por opiniões impostas pela pluralidade das vozes. Em relação à história, essa é a exigência de Bayle: a necessidade contínua de uma investigação crítica da validade e legitimidade de opiniões que, em todos os lugares e épocas, foram engendradas e propaladas ganhando estatuto de verdade. Nessa empreitada, história e crítica coadunam-se, pois se a primeira é a ciência dos fatos, a última é que vai pôr à prova a veracidade e legitimidade dos relatos acerca desses mesmos fatos.

Referências

BAH, Hélène. "Entre science et littérature: la notion d'expérience dans le discours philosophique au XVIIe siècle." In: RAULINE, Laurence/ROCHE, Bruno/ROUX, Olivier (Orgs.) **Libertinage et philosophie au XVIIe siècle**. Saint-Étienne: Publications de l'Université de Saint-Étienne, n°10, p.45-64, 2008.

BAYLE, Pierre. **Œuvres diverses**. La Haye: Compagnie des Librairies, 1737, 4 tomes. Paris: Hachette BnF, 1737/2012.

_____. **Continuation des pensées diverses, écrites a un Docteur de Sorbonne, à l'occasion de la Comète qui parut au mois de Décembre de 1680 ou Réponse a plusieurs difficultez que Monsieur *** a proposées à l'Auteur**. Amsterdam: Herman Uytwerf, tome II, (versão fac-símile), s.d.p.

____. **Dictionnaire Historique et critique**. Amsterdam, Leyde, La Haye, Utrecht, 5^{ème} Edition, 4 vols. In-folio. [Edição fac-símile.], 1740.

____. **Pensées diverses sur la comète**. Paris: Librairie E. Droz, 2 vols., 1939.

____. **Pensées diverses sur la comète**. Paris: Flammarion, 2007.

____. “Esclarecimento sobre os ateus”. Trad. de Marcelo de Sant’Anna Alves Primo, in: **Revista Conatus: Filosofia de Spinoza**. Fortaleza: Ed. da UECE, vol. 3, nº 5, pp. 109-113, julho 2009.

BIANCHI, L. “Do Dictionnaire de Bayle à Encyclopédie de Diderot”. Trad. de Marcelo de Sant’Anna Alves Primo. In: **SKEPSIS**. São Paulo: Unifesp, volume III, nº5, pp. 183-200, 2009.

BINOCHE, Bertrand, “Croyances privées, opinion publique”, In: **Revue Philosophique de Louvain**, p. 617-638, 2010.

BOST, Hubert. **Pierre Bayle**. Paris: Fayard, 2006.

GROS, Jean-Michel. “Pierre Bayle et la Republique des Lettres”, In: MCKENNA, Antony & MOREAU, Pierre-François. **Libertinage et philosophie au XVIIe siècle**. Saint-Étienne: Presses Universitaires de Saint-Étienne, p. 131-138, 2002.

JORINK, E. “Comets in context. Some Thoughts on Bayle’s *Pensées diverses*”. In: BOTS, Hans/VAN BUNGE, Wiep. **Pierre Bayle (1647-1706), Le philosophe de Rotterdam: philosophy, religion and reception**. Brill: Leiden/ Boston, pp. 51-68, 2008.

HOLBACH, Barão de. **Sistema da natureza ou das leis do mundo físico e do mundo moral**. Trad. de Regina Schöpke e Mauro Baladi. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

HUME, David. **História da religião natural**. São Paulo: UNESP, 2005.

MORI, Gianluca. **Bayle philosophe**. Paris: Honoré Champion, 1999.

PLATÃO. **A República**. Trad. e org. de J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2006.

Recebido em: 02/04/2025

Aprovado em: 11/06/2025

Marcelo de Sant'Anna Alves Primo

E-mail: marceloprime@academico.ufs.br